

MANUAIS DE PREPARAÇÃO PARA MORTE: ARTES DE BEM MORRER

Elene da Costa Oliveira*

Elane da Costa Oliveira**

Uma Breve Historiografia sobre a morte

A construção de uma pesquisa se dá através, das inquietações que surgem a cerca de um determinado tema. Assim nos diz Sandra Jathy Pesavento (2003), que defende que o historiador deve ter uma ideia na cabeça, uma pergunta na boca, os recursos de um método nas mãos e um universo de fontes diante de si a explorar.

Com os estudos de Philippe Ariès¹ sobre a historiografia da morte com suas obras “O Homem diante da morte. (1990)” e “História da Morte no Ocidente (2001)”, deu-se início a vasto campo de pesquisas onde para os pesquisadores, a morte se constitui um ritual que possui símbolos, ritos, sentidos e significados, fenômeno que intriga o homem na medida em que a teme. Os historiadores destacam uma grande preocupação com o destino da alma após a morte, com a memória dos mortos em relação aos vivos e desses em relação aos mortos, à conservação da memória funerária, exteriorizada em ritos, epitáfios, túmulos. Indaga-se sobre: Qual o destino da alma? Céu, Inferno ou um terceiro lugar - o Purgatório? Que atitudes deve ter o homem durante a vida que lhe encaminhe a uma boa morte, a arte de bem morrer?

A historiografia sobre os aspectos que rodeiam a morte fez com que se expandissem os estudos relacionados a ela como Michel Vovelle;² Jacques Le Goff,³ dentre outros pesquisadores que se debruçam sobre esta temática. Para Philippe Ariès durante os quinze anos de sua pesquisa dedicada a refletir sobre as atitudes do homem diante da morte na cultura cristã ocidental, quantos mais pesquisava apesar das dificuldades por questões de obstáculos materiais e tempo e pela imensidão da pesquisa, quando pensava que estava no limite de sua pesquisa mais profunda ela se tornava, avançando para as indagações e perguntas.

Em seguida s historiadores como Georges Duby⁴ na sua obra “Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos”(1998), onde ele faz uma análise dos medos que afligiam o homem as suas inquietações, por isso ele analisar o Medo da miséria, Medo do outro, Medo das epidemias, Medo da violência e o Medo do além. Assim como Jean Claude Schmitt⁵ que na

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Pesquisa/ CNPQ “Memória, Ensino e Patrimônio Cultural”. E-mail: costaelene@yahoo.com.br

**Mestranda do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Pesquisa/ CNPQ “Memória, Ensino e Patrimônio Cultural”. E-mail: costaelane55@yahoo.com.br

sua obra “Os vivos e os mortos na sociedade medieval” (1999), elencar a questão dos fantasmas dentro dessa historiografia da morte, a volta dos mortos ao espaço dos vivos, na forma dos chamados fantasmas. Onde surgem? De onde vem essa criação? Com o que se relaciona? Eles estão presentes nos discursos e falas da literatura, no cinema, nas histórias em quadrinho, ganhando forma física imagina-se como sejam esses fantasmas, Schmitt contribuir dentro das discussões para a morte essa relação entre os vivos e os mortos como para os cristãos católicos é necessário que o rito de passagem seja executado. Ele enfatiza que numa sociedade eminentemente religiosa onde se admite a existência de seres sobrenaturais e geralmente invisíveis e familiares a morte e os mortos dentro desse contexto a crença nos fantasmas era admitido, mas nem todos os mortos voltam e aparecem para qualquer um onde e quando; “Na sociedade Medieval, como em outras sociedades tradicionais, a forma particular de existência que se atribui aos defuntos depende do transcurso do rito de passagem da morte” (SCHMITT, 1999, p. 11) podendo esse defunto voltar por os ritos dos funerais e do luto não efetuar-se normalmente quando morrer-se afogado, morte trágica, suicídio, assassinato, etc.

No imaginário do além-túmulo o cristão, tem agora um terceiro lugar o purgatório; desenvolvido na obra do historiador Jacques Le Goff “O Nascimento do Purgatório” (1995) entre o céu e o inferno, chamado de terceiro lugar surge aproximadamente no século XII no Ocidente medieval. O além permeia o imaginário dos cristãos depois da morte existia outro lugar. Ocorre uma mudança na perspectiva do espaço-tempo do imaginário cristão de pensar a existência de um terceiro lugar.

As almas do purgatório contam com a solidariedade dos vivos; para que sua estadia não seja longa e ajuda na sua salvação através dos sufrágios. No século XII duas atitudes, onde existiam dois grupos de homens os eleitos e os condenados ao Inferno. Onde aqueles que não são inteiramente bons passarão por uma prova antes de irem para o paraíso; e os que são inteiramente maus irão direto para o inferno não tendo chance de ir para o Purgatório que eram submetidos à purgação aguardavam o Paraíso.

Como as almas do Purgatório são almas eleitas que finalmente serão salvas, libertam-se dos anjos, mas são submetidas um procedimento judicial complexo. Podem, com efeito, beneficiar de uma alteração de pena, de uma libertação antecipada, não pela sua boa conduta pessoal, mas por causa das intervenções exteriores, os sufrágios. A duração da pena depende, pois, para além da misericórdia de Deus simbolizada pelo zelo dos anjos ao arrancar as almas da misericórdia de Deus simbolizada pelo zelo dos anjos ao arrancar as almas aos demónios, dos méritos pessoais do defunto adquiridos durante a vida e dos sufrágios da Igreja suscitados pelos parentes e amigos do defunto. (LE GOFF, 1995, p.253)

A morte está presente em todas as culturas variando como cada uma percebe e significa essa passagem e ritualizando-a nessa rede de fios, dentro da cultura funerária que se observa uma preocupação com a morte e a realização dos ritos necessários para a salvação de sua alma; numa rede de solidariedade entre vivos e mortos e uma garantia a mais nessa passagem a participação das irmandades católicas auxiliaria seus membros. “Não é fácil lidar com a morte, mas ela espera por todos nós. Deixar de pensar na morte não a retarda ou evita. Pensar na morte pode nos ajudar à aceita-la e a perceber que ela é uma experiência tão importante e valiosa quanto qualquer outra.” (ARIÈS, 2001, p. 306). Assim cada cultura (re) significa o ritual da morte, ou seja, cada sociedade inserida em sua época percebe a morte e morrer de uma forma.

No Brasil, na historiografia sobre a morte localizamos o historiador João José Reis⁶ traz em seus estudos a temática da morte, parte de um acontecimento ocorrido na Bahia, em Salvador, 25 de outubro de 1836, que ficou conhecido como Cemiterada. Naquele momento, foi instituído que ficavam proibidos os enterros nas igrejas e passavam-se os enterros a serem realizados nos cemitérios, o que causou revolta, pois atingia os costumes tradicionais. *um cristão*” que teve sua primeira publicação em 1621 em Portugal Localizo a historiadora Claudia Rodrigues⁷ com seus estudos na cidade do Rio de Janeiro e suas obras “Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos” (1997), “Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX” (2005), ela enfatiza que uma das grandes preocupações dos fiéis católicos no oitocentista era está preparado para a morte não serem pegos de surpresa; por isso a necessidade de se precaver através da prática de ações que encaminhariam para a salvação; assim a igreja católica empreendeu uma pedagogia do bem morrer onde ensinava como os fiéis deveriam se preparar para a morte. O morrer foi gradativamente se transformando em uma arte, onde os pregadores tinham um importante papel nos ensinamentos sobre o morrer “A Arte de Bem Morrer” utilizando de vários aspectos e um deles foram os manuais de preparação para a morte. Tornando objetivo deste artigo analisar a circulação desses manuais no Brasil oitocentista; como um empreendimento da Igreja católica para a aprendizagem da morte pelo fiel, para ter uma boa morte. Destacando um desses manuais que teve maior repercussão o manual do português Estevam de Castro “*O Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer*. E é dentro desses fios que descem os estudos sobre a morte, que se inserem os manuais de bem morrer que auxiliaram na preparação dos fiéis para uma boa morte.

EM BUSCA DA BOA MORTE⁸

No final da vida os indivíduos procuravam exteriorizar sua fé numa tentativa de salvação da alma, nesse momento que se cumpria as determinações eclesiásticas de que dizia de como se deveria morrer para se obter a graça divina, ter uma morte decente. A Igreja Católica pregava aos seus fiéis que refletissem sobre suas atitudes em vida e as consequências que isso poderia causar depois de sua morte na hora do julgamento final.

O clero se utilizou da pedagogia católica do “bem morrer”, ensinava aos fiéis de que forma deveriam se preparar para a morte; para isso a Igreja Católica intervinha em dois fatores: o primeiro, em relação ao culto aos mortos pela família, segundo, sobre a elaboração de uma liturgia dos mortos.

Desde a cultura greco-romana na Antiguidade, era um costume familiar e doméstico, os familiares se encarregavam da organização da cerimônia fúnebre, era um aspecto reservado a família, todo o ritual em torno do morto e sua sepultura, onde se realizavam banquetes oferecidos aos mortos nas suas sepulturas, era a ocasião para a família se reunir para a chamada refeição funerária sobre a sepultura de seu morto; essa prática fazia com que o morto não atormentasse os vivos, acreditava-se que caso o ritual não fosse realizado, o banquete fúnebre, o morto castigaria com doenças e esterilidade o solo; o ritual não se resumia apenas às sepulturas dos mortos, mas também às dos mártires, que a Igreja Católica passou a intervir como uma prática pagã.

Durante essas refeições, os pobres eram convidados a participarem ou eram presenteados com alimentos ou dinheiro; a Instituição Católica passou a pregar a ideia de se oferecer doações aos pobres, os bens dos mortos, assim, em vez de dar alimentos aos mortos, colocando-os sobre suas sepulturas, davam-se esmolas aos pobres, e a refeição funerária que se realizava na Igreja Católica foi substituída pela refeição eucarística. Outra transformação nessa pedagogia foi no velório, que era realizado em casa e organizado pela família. A Igreja Católica estabeleceu os estatutos sinodais, foi imposto que os velórios fossem realizados nas igrejas.

[...] O objetivo da instituição eclesiástica era impedir a realização de cerimônias domésticas e de ritos tidos por 'supersticiosos, nas residências-por serem vistos como ocasião para risos, refeições funerárias, danças. A justificativa para tal era a necessidade de se colocar o cadáver sob o abrigo da Igreja, contra os ataques dos demônios. [...] (RODRIGUES, 2003, p. 45)

O desenvolvimento da liturgia dos mortos intensificou-se a partir do final do século XII e início do século XIII, com o desenvolvimento da doutrina do Purgatório, na pedagogia

do bem morrer que seria “[...] um além-intermediário onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual – dos vivos”.(LE GOFF,1995, p. 18-19).Este além intermediário estaria ligado à concepção de um tipo de pecado intermediário, ligeiro que passou a ser identificado como “pecado venial” ,ou seja, perdoável.

Nesse sentido a doutrina do Purgatório enquanto crença na existência de uma purificação depois da morte seria acrescida da intensificação da prática dos sufrágios por meio de orações, esmolas, missas celebradas pela Igreja a pedido dos parentes e amigos do morto.

O cristianismo herdou da maioria das religiões antigas um duplo Além, de recompensa e de castigo: o Paraíso e o Inferno. Tinha herdado um Deus bom, mas justo, juiz cheio de misericórdia e de severidade, deixando ao homem certo arbítrio, o punia quando ele fazia mau uso desse livre arbítrio, e o abandonava então ao gênio do mal,satanás.A triagem que conduzia ao Paraíso ou ao Inferno era feita em função dos pecados cometidos aqui embaixo, local de persistência e de provação para o homem maculado pelo pecado original. A Igreja controlava mais ou menos esse processo de salvação ou de danação através de suas exortações e de sua vigilância, e pela prática da penitência que aliviava os homens de seus pecados. A sentença se reduzia a dois vereditos possíveis: Paraíso ou Inferno. A este esquema binário Inferno-Paraíso foi adicionado, por volta dos séculos XII-XIII, um “terceiro lugar” na “geografia” do além-cristão, que consistiu na introdução de uma categoria intermediária entre os extremos opostos, temporária e não eterna – o Purgatório.

Nesse sentido a Igreja extraiu grande poder deste novo sistema ao administrar ou controlar as preces, as esmolas e as missas feitas pelos vivos em intercessão de seus mortos.

Dessa maneira os testamentos foram utilizados dentro dessa pedagogia do bem morrer como uma forma do testador organizar sua própria morte desde a escolha do local de sepultura, a quantidade de missas, de esmolas a ser deixado. Expressando através da escrita sua última vontade.

Esses documentos eram muitas vezes escritos com antecedência e demoravam anos para o testador morrer, era uma forma de garantir que o desejo do moribundo fosse cumprindo, a última vontade do morto fosse obedecida.

O testamento foi utilizado como um meio de exteriorizar o sentimento religioso e a fé em Deus que diziam ter, a obediência aos preceitos do catolicismo, a crença em seus dogmas. Foi nesse sentido que utilizaram boa parte para sua profissão de fé, para pedirem a intercessão de santos, anjos, da Virgem e de Cristo pela sua alma; para organizarem seu funeral de acordo com os rituais católicos; para pedirem que fossem realizados sufrágios por sua alma e pela de outrem; para instituírem legados

pios; para doarem esmolas aos pobres; para demonstrarem arrependimento pelas “faltas” e pecados que acreditavam ter cometido em vida; para saldarem dívida (RODRIGUES, 2003, p. 38).

Outras estratégias utilizadas foram os exemplos; tratados de pregação; a iconografia como as imagens dos esqueletos que foram figuras bastante utilizadas para incitar o passante à meditação sobre a morte a Exemplo a Capela de Évora em Portugal que tem em suas paredes, tetos e pilastras ornadas com crânios, tíbias e até ossos inteiros. Datada do primeiro quartel do século XVII, seus ossos eram provenientes das sepulturas das igrejas. E os manuais de preparação para a morte, que discutiremos a seguir dentro dessa pedagogia do bem morrer.



Imagem 1. Capela de Évora no Sul de Portugal.

Fonte: <http://alvarodrummond.blogspot.com.br/2009/06/viagem-portugal-capela-dos-ossos-em.html>

OS MANUAIS DE BEM MORRER

Desenvolvida entre os séculos XIV e XV, a *arts moriendi* representou um gênero de literatura devocional, composto por textos e imagens que procuravam ensinar os cristãos a se prepararem para a “boa morte”. “Agiram como uma “certa forma de cristianização” apresentando-se como um modelo que propunha ensinar ao fiel-como uma espécie de cartilha os passos da preparação para o seu momento derradeiro”. (RODRIGUES, 2005, p. 53). Os manuais que buscavam ensinar os fieis a se prepararem para morte apontavam para a necessidade de se cumprirem algumas práticas que encaminhassem para que a alma fosse para o céu; como meditar sobre a morte através das imagens e leitura do livro de hora, realizar sufrágios (missas, esmolas, orações, redigir testamento), na hora da agonia da morte e buscar os sacramentos.

No período colonial a circulação desse tipo de manual assim como outros desde livros religiosos, se deu por aquisições de manuscritos e impressos feitas pelo clero secular que vinham para o Brasil e pelas ordens religiosas, as irmandades que contavam com cartilhas e manuais religiosos em seus acervos, e tornou-se mais difuso com a vinda da corte para o Brasil e com a instalação da Imprensa régia que favoreceu a circulação de livros que tinham os conteúdos favoráveis à religião e ensinavam os cristãos para uma boa morte que seria uma morte planejada, dentro do ritual católico.

Em Portugal os manuais de bem morrer que circularam no início do setecentos eram provenientes da Espanha, onde eram traduzidos para o castelheano; somente a partir do século XVII que se têm os primeiros manuais, produzidos pelos Portugueses, como o “*O Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*” (1621) de autoria de Estevam de Castro; para Claudia Rodrigues (2005, p. 60) “Tal fato indica que o projeto eclesiástico de valorização da ideia de que o fiel deveria preparar-se para o momento da morte alcançou grande disseminação na sociedade lusitana, por meio da circulação dos manuais de bem morrer.”

Outro manual de grande circulação publicado na Espanha na primeira metade do século XVIII foi o manual *Mestre da Vida que ensinava a viver e morrer santamente* de autoria de João de Castro, tendo tido varia traduções e reedições chegando assim como o Manual do Estevam de Castro “*O Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*” a circularem no Brasil.

O BREVE APARELHO E MODO FÁCIL PARA ENSINAR A BEM MORRER UM CRISTÃO⁹

“Escrito pelo jesuíta Estevam de Castro, a obra teve a sua primeira edição em 1621, sendo a última identificada em 1724. No total, seriam pelo menos onze edições que circularam entre os portugueses por cerca de cem anos e os ensinaram a morrer segundo os padrões católicos tridentinos” (RODRIGUES, 2005, p. 59). No Brasil existe um exemplar disponível desse manual no arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O objetivo central do Estevam de Castro em seu manual era ajudar na preparação para a morte dos que se encontrassem enfermos que possuía um caráter pragmático, ao elaborar seu texto, o autor buscou a compilação do essencial, as informações contidas no manual são resultantes da sua experiência como sacerdote que muitas vezes acompanhou o trespasse de enfermos moribundos.

A primeira parte do manual era a mais longa compreendendo as páginas de 1 a 200. O primeiro passo a ser tomado na direção do “bem morrer”, deveria ser logo no princípio da doença, quando se acreditava que o fiel iria morrer.

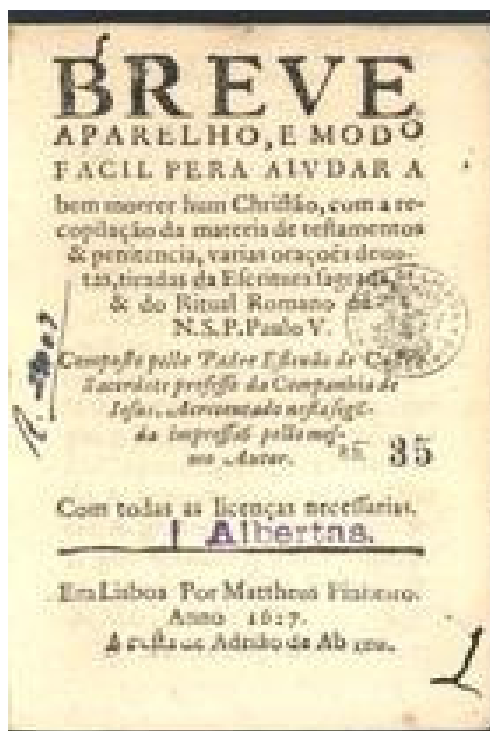


Imagem 2. Capa do Manual de Bem Morrer.
 Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

O Manual de Estevam de Castro possuía seu índice estruturado pela seguinte forma:

Capítulos	Primeira parte: Para o primeiro grau da doença.	Pág
Cap. 1	Do que há de fazer o sacerdote quando entra a ajudar a bem morrer o enfermo.	1
Cap. 2	De como há de receber os sacramentos, em particular o da confissão.	9
Cap. 3	O que em geral deve saber o confessor para dar este sacramento.	11
Cap. 4	Acercar de dar, aceitar, e cumprir a penitencia no sacramento da confissão.	15
Cap. 5	Da prudência com que o confessor há de dar a penitencia, e repreender.	17
Cap. 6	Se o penitente deve aceitar a penitencia.	19
Cap. 7	Como se dá a absolvição sacramental.	22
Cap. 8	De alguns avisos gerais para o penitente.	24
Cap. 9	Do primeiro mandamento que é amar a deus sobre todas as coisas.	30
Cap. 10	Interrogatorio particular para confessar a um renegado que se converteu.	37
Cap. 11	Do segundo mandamento da lei de Deus.	40
Cap. 12	Do terceiro mandamento da lei de Deus.	47
Cap. 13	Do quarto mandamento da lei de Deus.	49

Cap. 14	Do quinto mandamento da lei de Deus.	53
Cap. 15	Do sexto e nono mandamentos da lei de Deus. Exame para confessar uma mulher, pública, convertida do que costumava pecar em seu mau estado.	59
Cap. 16	Do sétimo mandamento da lei de Deus.	65
Cap. 17	D oitavo mandamento da lei de Deus.	72
Cap. 18	Interrogatório dos sete pecados mortais, que são: soberba, avareza, ira, inveja, gera a preguiça. De algumas coisas que se não podem bem reduzir. De algumas coisas que se não podem bem reduzir aos mandamentos.	79
Cap. 19	Regra para conhecer a avareza dos pecados cometidos, assim em ofício, e estados particulares, como contra os mandamentos.	82
Cap. 20	Como há de haver o confessor, acabada a confissão, com o que está em ocasião próxima de pecar.	84
Cap. 21	Da contrição e atrição.	90
Cap. 22	Como há de fazer o doente seu testamento.	98
Cap. 23	Instrução com treze advertências para de fazer os testamentos, e serem valiosos. Do que há de fazer o escrivão, quando aprova o testamento, advertência 1.	100
	Como se há de haver o que escreve o testamento, advertência 2.	101
	Ponto que há de advertir o testador e a pessoa que ordena o testamento, advertência 3.	102
	Como o testador usará de substituições, assim na herança, como nos legados. E declare-se que coisa seja substituição pupilar, e exemplar, advertência 4.	104
	No testamento nomeie-se sempre herdeiro. E os casos em que o testamento é nulo advertência 5.	108
	Do testamento e sua solenidade, advertência 6.	109
	Do codicilio e sua solenidade, advertência 7.	115
	Como a cédula, ou livro codicilar pode ser valioso sem testemunha, advertência 8.	118
	Que obrigação há de fazer testamento e que obrigação tem o liberto ao patrono em testamento, advertência 9.	120
	Dos que podem ou não podem testar, advertência 10.	122
	Que herdeiros sejam necessários e quanto é obrigado a lhes deixar o testador, advertência 11.	125
	Quais ilegítimos herdarem, e quais não herdarem advertência 12.	126
	Dos alimentos que os pais devem deixar aos filhos ilegítimos, advertência 13.	129
Cap. 24	Da forma e ordem de se fazer o testamento, conforme as advertências ditas.	131
Cap. 25	De como se há de dar o santíssimo sacramento ao enfermo modum viatici.	140
Cap. 26	O que o sacerdote há de fazer indo visitar o enfermo ou sendo chamado para isso.	148
Cap. 27	De como se há de dar o sacramento da santa unção, indo perigando o enfermo.	162
Cap. 28	Dos sete salmos penitenciais com as ladainhas.	178
Cap. 29	Quatro lembranças do devoto e douto Gerson para se constar o enfermo depois d éter satisfeito com o que toca a sua consciência.	196
	Segunda parte: Para o segundo grau da doença	

Cap 30	Da protestação de fé que há de fazer o enfermo ou o sacerdote em seu nome ou quem o ajudar a morrer.	200
Cap. 31	Perguntas de Santo Anselmo, que se hão de perguntar ao enfermo, antes que perca o juízo e fala, das quais diz o mesmo santo, que são de tanta virtude eficácia diante de Deus, que se o enfermo verdadeiramente e com bom propósito responder a elas, não será condenado, pressupostas as preparações da Igreja.	209
Terceira parte: Para o terceiro grau da doença		
Cap. 32	Do que dá de fazer o sacerdote ou quem assiste ao enfermo.	213
Cap. 33	Da ratificação da fé, que em nome do enfermo dá de fazer quem lhe assiste, ainda que esteja sem fala, para o animar interiormente.	216
Cap. 34	Um geral reconhecimento das culpas próprias, e confissão delas com o ato de contrição.	219
Quarta parte: Para o quarto grau da doença		
Cap. 35	De algumas preces que se hão de dizer.	224
	Oração a Deus nosso senhor.	225
	Oração ao Padre Eterno.	226
	Oração a Deus Filho.	226
	Oração ao Espírito Santo.	227
	Oração a Santíssima Trindade.	229
	Oração à Virgem Maria Senhora Nossa.	230
	Oração ao Anjo da Guarda.	232
	Oração a Todos os Santos.	234
	Oração contra os Demônios.	235
Cap. 36	Do mais que se há de fazer o enfermo estando agonizando.	241
Cap. 37	Oração por modo de ladainhas.	243
Quinta parte: Para o quinto grau da doença		
Cap. 38	Palavras devotas para a agonia da morte e contra os Demônios.	249
Cap. 39	Do que se há de fazer no tempo da agonia.	255
	<i>Passio Domini nostri secundum loannem.</i>	257
	<i>Oratio ad Dominum lesum de singulis articulis passionis eius.</i>	265
Sexta: parte: Que serve para o último grau da doença, que é o fim da vida		
Cap. 40	Das preces que se hão de dizer ao enfermo estando para espirar.	270
Cap. 41	Commendationis animae.	274
	Orações para a hora da morte.	279
	Evangelho de São João para a hora da morte.	282
	Três orações devotas para o mesmo.	284
	Responsório para depois da morte.	287

Fonte: Tabela retirada do livro “Nas Fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII E XIX” da Claudia Rodrigues, p. 66-67.

Quanto à estrutura dos testamentos em seu manual Estevão de Castro indica todos os passos para a escrita e estruturação:

1. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas e um só Deus verdadeiro.
2. Rogo a tal, ou tais, por serviço de Nosso Senhor, e por me fazerem mercê, queiram ser meus testamenteiros.
3. Meu corpo será sepultado em tal igreja, ou mosteiro, e em o hábito de tal religião, e levado com tal, ou tal acompanhamento, e tais, ou tais confrarias, etc.
4. Por minha alma deixo tais, ou tais sufrágios, missas, ofícios, etc.
5. Declaro que sou natural de tal parte, filho de fulano, e fulana, legítimo ou não legítimo, declaro que não sou casado, ou sou casado em tal parte com fulano e que tenho ou não tenho tais herdeiros, necessários filhos, ou descendentes, e isto se não for pessoas conhecida, e morrer fora da terra, donde não é natural. (CASTRO, p. 100-102).

Esses manuais representaram uma forte estratégia para ensinar os fieis católicos a se prepararem para a morte dentro dessa pedagogia do bem morrer. O Manual de Estevam de Castro foi um auxiliar para o preparo para a morte, onde todos os capítulos direcionava os fieis e os sacerdotes, na primeira parte quando se identificava o grau de doença, era o papel de o sacerdote consolar e encaminhar o enfermo para o caminho certo, pois era nesse momento onde os perigos e as tentações do demônio eram grandes, por isso o sacerdote deveria ler passagens da bíblia, conversando com o doente. Depois vinha-se a necessidade de ministrar os últimos sacramentos a eucaristia, extrema-unção e a contrição.

Não é possível contabilizar os sentimentos, mas busca as sensibilidades religiosas na medida em que identificamos as práticas e como elas significam as identidades e constroem sistemas simbólicos que revelam as atitudes diante do sagrado. Portanto, podemos entender que os objetos simbólicos revelam as maneiras de sentir, pensar, a relação com o sagrado, às atitudes devocionais e assim alcançar o mundo da experiência sensível.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*. 2v. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.
- _____. *História da Morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.
- CASTRO, Estevam. *O Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*. Disponível em: <<http://purl.pt/17290>> Acesso em: 13/08/2012.

DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos*, tradução Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. São Paulo: Estampa, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RODRIGUES, Claudia. *Na fronteira do além: a secularização da morte no Rio Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

SILVA, Sara Maria Cerqueira da. *O "Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão(1621)*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1996.

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

Notas

¹ Historiador francês e medievalista nasceu em 21 de junho de 1914 e morreu em oito de fevereiro de 1984, em seus estudos abordou temáticas como família, infância e morte.

² É um historiador francês, especialista nos séculos XVII e XVIII. Professor Emérito na Universidade de Paris e antigo diretor do Instituto de História da Revolução.

³ Nasceu em Toulon, no dia primeiro de Janeiro de 1924. Especialista em Idade Média.

⁴ Nasceu em sete de outubro de 1919 e faleceu em três de dezembro de 1996, foi um historiador francês, especialista em Idade Média.

⁵ Jean Claude Schmitt é um francês medievalista, ex-aluno de Jacques Le Goff. Ele estuda os aspectos-culturais da história medieval na Europa Ocidental.

⁶ Historiador nasceu em vinte e quatro de junho de 1952, graduado em história pela Universidade Católica de Salvador, tem mestrado e doutorado pela Universidade de Minnesota e dois pós-doutorados. Publicou a obra *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*.

⁷ É pesquisadora e líder do Grupo de pesquisa do CNPq, *Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano*. Doutora em 2002 e Mestre em 1995 em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve estudos com ênfase em História do Brasil, Colônia e Império, mais especificamente sobre: história da morte, costumes fúnebres, cemitérios, testamentos, secularização da morte, história da Igreja, religiosidades, escravidão e africanidade.

⁸ A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse conta aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Luís da Câmara Cascudo na sua obra "Dicionário do folclore brasileiro. 10ed. São Paulo: Global, 2001." elenca o conceito de boa morte " ter morte bonita, isto é, precedida de agonia, calma, muitas vezes demorada, sem penoso padecer, com estoicismo, despedindo-se, dando ordens, conselhos."

⁹ Subtítulo baseado no nome do manual de bem morrer do jesuíta Estevam de Castro, a obra teve a sua primeira edição em 1621, sendo a última identificada em 1724.